

# Declaração da autorização para a verificação das informações das contas bancárias

CG11

(Aplicável à candidatura a habitação económica)

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do Bilhete de Identidade/passaporte <sup>Nota 1</sup> n.º \_\_\_\_\_, representante do agregado familiar candidato/elemento do agregado familiar/candidato individual <sup>Nota 1</sup> do boletim de candidatura de habitação económica n.º \_\_\_\_\_, declaro que:

1.  **NÃO ABRI** quaisquer contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) com documentos de identificação de outros países ou regiões <sup>Nota 2</sup>.

**ABRI** contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da RAEM com documentos de identificação de outros países ou regiões, (favor de indicar o tipo de documento e o respectivo número) <sup>Nota 2</sup>.

2. Autorizo que o Instituto de Habitação (IH) proceda à verificação e conferência das informações das minhas contas bancárias nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da RAEM (incluindo contas individuais ou colectivas), bem como concordo que os bancos, as instituições de crédito e as instituições financeiras da RAEM disponibilizem das informações das minhas contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) ao IH, a fim de serem usados na comparação ou conferência das informações do presente pedido.

3. **Os dados apresentados na presente declaração são exactos, não tendo sido ocultados nem fornecidos quaisquer dados que provoquem interpretação errada ou confusa.** Tenho pleno conhecimento de que, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 10/2011 (Lei da habitação económica), alterada pela Lei n.º 11/2015, caso tenham sido prestadas falsas declarações e seja considerado(a) culpado(a), o IH pode invocar ou o tribunal pode declarar oficiosamente, a nulidade do respectivo contrato-promessa ou contrato de compra e venda, bem como posso incorrer em eventual responsabilidade penal <sup>Nota 3</sup>.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Declarante  
de \_\_\_\_\_ de 20

Nota 1: Por favor risque a parte não aplicável.

Nota 2: Escolher a parte aplicável.

Nota 3: De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º (falsificação de documento) do Código Penal, quem fizer constar falsamente de documento facto juridicamente relevante é punido com pena de prisão até 3 anos, ou com pena de multa.